



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N 04/2023

29 DE NOVEMBRO DE 2023

Altera os Anexos II e V, da Lei Complementar n 71, de 17 de julho de 2010.

A Câmara Municipal de Guar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuces legais,

APROVA:

Art. 1. O Anexo II, integrante da Lei Complementar n 71, de 27 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redaco:

ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL. PARTE PERMANENTE. EMPREGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE MANTIDOS E REGIDOS PELA CLT

Qtde.	Denominaco do Emprego	Ref.	Carga horária	Requisitos para preenchimento
1	Procurador Jurídico	8 A	30 h/s	Ensino superior com inscrico na OAB.
1	Assistente Jurídico	4 A	30 h/s	Ensino superior. Formaco em Direito.
1	Assistente Legislativo	6 A	30 h/s	Ensino Superior.
1	Servente	1 A	30 h/s	4 série do ensino fundamental.
1	Vigia	2 A	40 h/s	Ensino fundamental incompleto.
1	Auxiliar Administrativo	5 A	30 h/s	Ensino médio ou equivalente.
1	Controlador interno	5 A	30 h/s	Ensino superior. Direito, Administraco e ou Ciências Contábeis.

Art. 2. O Anexo V, integrante da Lei Complementar n 71, de 27 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redaco:

ANEXO V

DESCRICO DE CARGOS

(...)

CONTROLADOR INTERNO:

Descrico sumária:

Controlar as atividades, fazer acompanhamentos e controles específicos da receita e despesas do Poder Legislativo, tais como: execuco orçamentária e financeira, bens patrimoniais, bens em almoxarifado, veículos e combustíveis, licitaces, contratos, convênios, acordos e ajustes, obras públicas, inclusive reformas, operaces de créditos, despesa pública, receita e observância dos limites constitucionais;



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Descrio detalhada:

Aferir legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira, de recursos humanos e patrimoniais;

Organizar e executar programao bimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Câmara;

Controlar as atividades, fazer acompanhamentos e controles específicos da receita e despesas do Poder Legislativo, tais como: execuo orçamentária e financeira, bens patrimoniais, bens em almoxarifado, veículos e combustíveis, licitaes, contratos, convênios, acordos e ajustes, obras públicas, inclusive reformas, operaes de créditos, despesa pública, receita e observância dos limites constitucionais;

Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informaes, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaborao de respostas e tramitao dos processos;

Fiscalizar contratos, procedimentos licittorios, operaes patrimoniais, orçamentárias e financeiras processadas no âmbito do Legislativo Municipal;

Analisar e emitir parecer sobre os adiantamentos e respectivas prestaes de contas;

Interpretar e pronunciar-se sobre a legislao concernente  execuo orçamentária, financeira e patrimonial, em colaborao com o setor jurídico da Câmara Municipal;

Medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programao próprias, nos diversos sistemas administrativos da Câmara Municipal, expedindo relatórios com recomendaes para o aprimoramento dos controles;

Avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária;

Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;

Avaliar os resultados, quanto  eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Câmara Municipal, bem como na aplicao de recursos públicos;

Supervisionar as medidas adotadas quanto  despesa total com observância aos respectivos limites;

Aferir a destinao dos recursos obtidos com a alienao de ativos, tendo em vista as restries constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Acompanhar a divulgao dos instrumentos de acesso  informao, bem como a transparência da Gestão Fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execuo Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informaes constantes de tais documentos;

Participar do processo de planejamento, elaborao e implantao do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária;



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Manifestar-se acerca da regularidade, legitimidade e economicidade de processo licitatório, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento de atos, contratos e outros instrumentos congneres;

Elaborar e submeter ao Presidente da Câmara Municipal estudos, propostas de diretrizes, programas e aes que objetivem a racionalização da execução da despesa e aperfeiçoamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;

Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;

Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades;

Expedir relatórios das fiscalizações realizadas, de acordo com os prazos estabelecidos em Leis, Resoluções ou Portarias, sobre matérias, processos ou procedimentos concernentes  execução orçamentária, de gestão da receita, de despesas gerais, de licitações e contratos, de despesa de pessoal, de pagamentos efetuados pela tesouraria, de movimentações no almoxarifado, de operações patrimoniais, de transparência, de balanços contábeis e de atos que fixem ou revisem subsídios dos vereadores e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal;

Alertar e orientar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente a Tomada de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, as aes destinadas a apurar os atos ou fatos, inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

Representar junto aos órgãos competentes, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades identificadas e as medidas adotadas;

Assessorar a Câmara no julgamento das contas anuais prestadas pela Administração e acompanhar os processos e procedimentos de interesse da Câmara Municipal perante o Tribunal de Contas;

Executar atividades de ouvidoria e promoção da integridade pública, bem como a promoção da gestão pública tica, responsável e transparente, na Câmara Municipal;

Realizar estudos e trabalhos técnicos que promovam o incremento da transparência pública, da tica, a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção e o fortalecimento do controle social;

Exercer o controle das apurações de crédito, avais, garantias, bem como dos direitos e dos deveres da Câmara Municipal;

Zelar pela organização e manutenção atualizada dos cadastros dos responsáveis por dinheiros, valores e bens públicos, estoque, almoxarifado e patrimnio;

Acompanhar, controlar e informar ao Presidente sobre infrações de trânsito cometidas por agentes públicos da Câmara;

Assinar o relatório de gestão fiscal em conjunto com o Presidente e o contador da Câmara Municipal;

Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno;

Auxiliar a Comissão Permanente de Orçamento na análise dos projetos de leis orçamentárias protocolados pelo Prefeito Municipal;



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Auxiliar os vereadores na fiscalizao contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos atos do Poder Executivo;
Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato ou previstas nas normas próprias  funo de controle interno e em orientaes e instrues expedidas pelos órgãos de controles.

Art. 3. A gratificao de Controlador Interno, prevista na Resoluo n 02/2014, será extinta quando do provimento do respectivo cargo efetivo.

Art. 4. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicao, revogadas as disposies em contrário.

Câmara Municipal de Guar/SP, 29 de novembro de 2023.

Flávio Roberto Chaud

Presidente

Eduardo de Assis Matos

1 Secretário

Roberto Dias

2 Secretário